

IMPLICAÇÕES DE CUIDADORES NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CASTELO-ES

**Autor Paulo Roberto Bellotti Vargas
Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação
Universidade Federal do Espírito Santo**

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, foi chamada “Constituição Cidadã” por trazer muitos avanços, também no campo da Educação. Traz vários dispositivos legais, dentre eles, o de promulgar a educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Assim, a Constituição Federal do Brasil de 1988 já legislava sobre o processo de inclusão escolar, ganhando, o tema, maiores aprofundamentos com documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (UNESCO,1994), culminando no fortalecimento das lutas em favor da matrícula, permanência e acesso ao conhecimento pelos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns.

Segundo Prieto (2006, p. 8), a Educação Inclusiva:

[...] se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige uma ruptura com o instituído na sociedade e consequentemente nos sistemas de ensino.

Com as matrículas dos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) no ensino regular, a educação inclusiva passou ter uma responsabilidade ainda maior na comunidade escolar. Nesse viés, ganham destaques movimentos em prol da acessibilidade de maneira ampla nas escolas/salas de aula, investimentos na formação de professores e composições de redes de apoio aos processos de inclusão dos alunos, tendo em vista a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9.394/96 garantirem acessibilidade aos currículos escolares com a oferta do atendimento educacional especializado como complementar ou suplementar à escolarização dos alunos.

Quando focalizamos nossas atenções para a Rede municipal de Castelo ES, encontramos dados que demonstram avanços na matrícula dos alunos, perfazendo um quantitativo de setenta e três (73) estudantes matriculados nas escolas comuns. Para auxiliar esse processo de inclusão, também surgem várias políticas públicas educacionais, dentre elas, a da figura do “cuidador” que, segundo a Política Nacional de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, tem a tarefa de auxiliar os estudantes com maiores comprometimentos nas atividades de locomoção, higienização e alimentação.

Atualmente, a Rede Municipal de Ensino de Castelo-ES conta com trinta e três profissionais nesta função. Nessa perspectiva, entendemos ser fundamental estudar a forma com que esse profissional está sendo inserido nos processos de inclusão escolar, pois, muitas vezes, a eles são atribuídas atividades de fins pedagógicas, desconsiderando o que preceitua a legislação nacional, afastando os educadores de suas funções didático-pedagógicas com esses estudantes.

Diante do exposto, o presente estudo de mestrado (em processo de elaboração/execução) tem como objetivo geral *compreender os modos como os cuidadores vem sendo inseridos no processo de escolarização de estudante público-alvo da Educação Especial nas escolas da rede municipal de Castelo-ES.*

Para tanto, delinea-se como objetivos específicos: a) compreender as diretrizes adotadas pela referida rede de ensino para a incorporação dos cuidadores no processo de escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial; b) analisar criticamente a formação inicial e continuada dos cuidadores, considerando as suas funções e necessidades discentes; c) problematizar as relações estabelecidas entre cuidadores e demais profissionais da escola, considerando a relação entre cuidar e educar; d) compreender os impactos trazidos pela contratação de cuidadores e as relações que a escola estabelece entre eles e o trabalho pedagógico a ser realizado com os estudantes.

O estudo busca fundamentação em Boaventura de Sousa Santos (2006, 2007) e de autores do campo da Educação Especial. Para Santos (2006), o desafio imposto para os

tempos atuais é romper a razão indolente que não permite que a realidade social conviva com vários conhecimentos e experiências. No caso da composição das redes de apoio aos processos de escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial, pondera que os profissionais que atuam nessas redes são os únicos responsáveis pelos estudantes, já que eles não possuem condições de acessar os trabalhos pedagógicos realizados nas salas de aula comuns. Quando pensamos nos estudantes com maiores comprometimentos, a razão indolente projeta a ideia de que os cuidadores são os responsáveis pelo trabalho pedagógico, resumido, somente, os processos de inclusão a atividades de cuidado.

De acordo com Baumel (1998, p. 35),

a escola inclusiva permite, na prática, evidenciar o fundamento de que todas as crianças devem aprender juntas, com dificuldades ou diferenças que apresentam. Isso se reporta à elaboração de planos que reconheçam e respondam às necessidades dos alunos. Em outras palavras, visa acomodar estilos e ritmos de aprendizagem, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Para que os estudantes público-alvo da Educação Especial possam realmente ter o direito público e subjetivo à Educação garantido, precisamos, dentre outros fatores, investir na formação continuada dos professores de forma tal que os docentes tenham oportunidades de vivenciar momentos de aprofundamento teórico em constante interação com as questões vividas em sala de aula. Além disso, que se estabeleçam redes de colaboração entre professores de sala de aula comum e de Educação Especial e que se assumam o cuidadores dentro de suas funções e não como responsáveis pela escolarização dos estudantes com maiores comprometimentos.

Nessa direção, acreditamos que para se potencializar os processos de inclusão escolar, além de várias políticas externas às escolas, gestores, pedagogos, professores, cuidadores, enfim os profissionais das unidades de ensino precisam estar conectados e imbuídos de um mesmo objetivo, sem promover o que Santos (2008) denomina de canibalização: um processo de destituição de saberes e experiências quando uma se vê superior à outra ou quando uma deixa de cumprir a sua atribuição, transferindo-a a outro sujeito.

O método utilizado será a pesquisa-ação, pois, segundo Barbier (2004), possibilita que o pesquisador intervenha dentro de uma problemática social, analisando-a e anunciando seu objetivo de forma a mobilizar os participantes, construindo novos saberes. A partir dos pressupostos da pesquisa-ação, o estudo se organiza em três momentos correlacionados. O primeiro se realiza a partir do envio de um ofício à Secretaria Municipal de Educação de Castelo-ES, juntamente com o projeto de pesquisa para ser apreciado. Em reunião com a equipe gestora, busca-se apresentar o referido projeto à equipe responsável pela Educação Especial para fins de ampliação de debates e sanção de possíveis dúvidas.

A segunda fase se realiza por meio de levantamento documental visando compreender a política de Educação Especial implementada pela Rede Municipal de Castelo-ES. Busca-se levar: a) número de matrículas na Educação Infantil e no Ensino Fundamental; b) número de estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados nesses níveis de ensino e as condições desses estudantes; c) as políticas de formação continuada em Educação Especial; d) as redes de apoio à escolarização dos alunos; e) as diretrizes para a contratação de cuidadores.

A terceira etapa congrega momentos de formação continuada com representantes da Secretaria de Educação responsáveis pela Educação Especial, cuidadores, professores especializados e diretores de Escola. Numa relação teoria e prática, buscar-se aprofundar os conhecimentos do grupo envolvido sobre os pressupostos da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, bem como as implicações dos cuidadores nos processos de escolarização dos estudantes.

Como instrumentos para registro dos dados, a investigação conta com gravadores, filmadora e diário de campo, sendo a mesma realizada no segundo semestre de 2019, estando o pesquisador envolvido dois dias da semana com a coleta de dados. Como resultados, espera-se definições quanto às ações dos cuidadores no processo de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial; maiores articulações entre os profissionais das escolas no trabalho pedagógico mediado com esses discentes; ampliação/composição de momentos formação continuada e uma proposição de uma

minuta que normatize as ações dos cuidadores dentro das atividades a serem desenvolvidas pela Educação Especial da rede de ensino pesquisada.

6 REFERÊNCIAS

BARBIER, Renné. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

BAUMEL, Roseli C. R.C. et col. **Integrar / Incluir: desafio para a escola atual**. São Paulo: FE- USP, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação: necessidades educacionais especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorin. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006. p. 31 – 73

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, Portugal, n. 80, p. 11-43, mar. 2008.

